



50 ANOS DO GOLPE

Brasil precisa sepultar o rancor das viúvas da ditadura

No próximo dia 1º de abril o golpe militar de 1964 que derrubou o governo popular e democrático de João Goulart e implantou 20 anos de ditadura no país completará 50 anos. Há meio século a democracia brasileira era castrada pela conspiração da direita mais reacionária, pela imprensa burguesa e o pelo alto escalão da caserna. Empresários, banqueiros e o governo dos EUA estavam do lado de lá, dos conspiradores. O preço pago foi alto. Prisões, censura, cassações de mandatos, exílio de opositores ao regime, tortura, intervenções em sindicatos e assassinatos. O período mais obscuro de nossa história contemporânea tem de ser lembrado para que nunca mais se repita. Tem de ser resgatado para que os assassinos e torturadores paguem por seus crimes. Refletido criticamente para que os povos da América Latina lembrem que o governo norte-americano, que patrocinou os golpes militares na região nos anos 60 e 70, continua a bancar, financiar, apoiar e armar movimentos golpistas, civis ou militares em nossos dias. Que o digam Ucrânia, Líbia, Síria, Iraque e Venezuela. O curioso é que, além de questões estratégicas e militares, o petróleo e a energia são sempre focos econômicos centrais de interesse por trás das ações golpistas de nossos dias.

É preciso sepultar os saudosos dos governos militares, as *viúvas da ditadura* e os setores reacionários e fascistas da sociedade para que não se assanhem. A ditadura militar foi instaurada em 1964 e sepultada pelo povo brasileiro, pela vontade popular.

O regime militar é o lixo da história. Ditadura, nunca mais.



DITADURA NUNCA MAIS

Atos vão descomemorar a data do golpe

Nesta terça-feira, 1º de abril, o golpe militar completa 50 anos. Para descomemorar a data, o movimento sindical realiza dois atos públicos. Um ao meio-dia, no Largo dos Bancários (Rio Branco com Ouvidor), organizado pelo Sindicato.

À tarde, com concentração às 15h30, haverá uma manifestação convocada pelas centrais sindicais e sindicatos.

O golpe de 1964 e a ditadura que o sucedeu cumpriram, entre outros, o papel de destruir a organização dos trabalhadores.

Lideranças sindicais, estudantis, religiosos e trabalhadores de todos os setores foram demitidos, presos, torturados e assassinados pelos órgãos repressores. Muitos foram os exilados. Lembrar é importante para que nunca mais aconteça.

BRDESCO**Dirigente sindical demitido na ditadura é readmitido**

A notícia foi publicada no site do Tribunal Superior do Trabalho no dias 14 de março. Sem citar o nome do dirigente sindical, o TST divulgou a decisão de readmitir aos quadros do Bradesco um dirigente sindical do Sindicato dos Bancários de Feira de Santana, na Bahia, que havia sido demitido em 1964. O bancário contou que foi preso por um sargento do Exército em seu local de trabalho e 12 dias depois foi dispensado do emprego. Ele tinha estabilidade sindical, por ser, desde 1963, suplente do presidente da entidade.

O Bradesco recorreu da sentença de segunda instância, mas a 5ª Turma do TST negou provimento ao seu agravo de instrumento. O banco foi condenado a readmitir o empregado na função atualmente correspondente àquela ocupada por ele na época da demissão.

O dirigente bancário foi anistiado em 2010 e, no ano seguinte, ingressou com a reclamação reivindicando o retorno ao emprego.

Ao analisar o agravo de instrumento do Bradesco, o ministro do TST, Caputo Bastos, relator, esclareceu que a readmissão se deu em razão de o bancário ter-se “enquadrado como cidadão prejudicado durante o regime de exceção por perseguição política”, de acordo com a Constituição da República.

Quando o Brasil e alguns países do exterior lembram o golpe de 1964, com debates, palestras, artigos científicos e jornalísticos, o Sindicato dos Bancários não poderia deixar de destacar o caso do bancário do Banco do Brasil Aluísio Palhano Pedreira Ferreira, por duas vezes presidente do Sindicato, com atuação heroica na luta pela liberdade e a democracia.

QUEM FOI PALHANO

Nascido em 1922 na pequena cidade paulista de Pirajuí, às margens do Rio Tietê, em 1932, Palhano veio para Niterói, onde estudou até formar-se advogado, ingressando no Banco Brasil aos 21 anos. Casou, em 1947, com Leda Pimenta, com quem teve os filhos Márcia e Honésio.

Em 1964, quando teve seus direitos políticos cassados e passou a ser caçado pelos órgãos de repressão, era presidente da Contec (Confederação dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Crédito), eleito um ano antes. Com seus direitos cassados, asilou-se no México em fins de 1964, indo depois para Cuba. Em 1969, representou o Brasil na Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), em Havana. Ao regressar ao Brasil, clandestinamente, manteve contato com a família, por ocasião do

CADÊ PALHANO?**A hora da verdade sobre a morte de Aluísio Palhano**

Palhano teve atuação decisiva no sindicalismo nacional

casamento de sua filha. Falou com os familiares pela última vez em 24 de abril de 1970. Depois, o silêncio.

MORTE NO DOI-CODI

Nos registros oficiais constam que ele teria sido preso em 9 de maio de 1971, em São Paulo, sob o nome falso de João Alves Pedreira Ferreira, como militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Os primeiros boatos da morte de Aluísio Palhano correram em 1976. Mas, segundo o preso político Altino Dantas Júnior, seu companheiro de cela, em correspondência encaminhada ao então ministro do Supremo Tribunal Militar general Rodrigo Otávio Jordão Ramos,

Palhano foi morto no DOI-Codi, na Rua Tutoia, em São Paulo, onde teria ficado preso durante 11 dias.

Recentemente, houve informações de que ele teria passado pela Casa da Morte, em Petrópolis, com a possibilidade de ter sido atirado em um rio. Outras fontes ligadas aos órgãos de tortura aventaram também a hipótese de que seu corpo tenha sido incinerado em altos-fornos de usinas de açúcar em Campos, junto com outros presos políticos assassinados. Supôs-se ainda que seu corpo tivesse sido enterrado em vala comum, com outros militantes da resistência, na região da Grande São Paulo.

É hora de revelarem também o que realmente aconteceu ao bancário que lutou e morreu pela democracia deste país.

A VERDADE SURGIRÁ

Fica mais forte a necessidade de esclarecimentos sobre a morte de Palhano e de outros desaparecidos políticos, nesse momento em que gestões da Comissão Nacional da Verdade conseguiram desmascarar os órgãos oficiais sobre o desaparecimento do deputado Rubens Paiva, preso em 1971. Depois de mais de 40 anos de mentiras, foi esclarecido: Rubens Paiva foi morto sob tortura nas dependências do Exército (DOI – Departamento de Operações Internas), na Tijuca.

José Toledo de Oliveira, morto em combate

José Toledo de Oliveira era mineiro de Uberlândia. Antes de completar 20 anos entrou no Banco de Crédito Real de Minas Gerais, em Belo Horizonte, formando-se depois como advogado. Pertenceu aos quadros do PCB (Partido Comunista Brasileiro), indo depois para o PC do B (Partido Comunista do Brasil).

No Rio de Janeiro, editou o jornal *Elo* junto com o deputado federal João Alberto, sob o pseu-

dônimo de Sobral Siqueira, e participou ativamente das lutas sindicais dos bancários, tendo sido preso na Rocinha, em abril de 1968, por panfletar contra o arrocho salarial.

Em agosto de 1969, foi novamente preso no Sindicato, juntamente com outros bancários, durante uma assembleia de organização da campanha por reajuste salarial. Toledo foi transferido do Dops para o Cenimar, onde denun-

ciou as torturas sofridas à Junta Militar que o julgou e o inocentou no Inquérito Policial Militar (IPM). Portou-se com bravura frente aos torturadores, durante os quase 12 meses em que esteve preso.

Nas fileiras da guerrilha do Araguaia, era membro do diretório central do PC do B, sob o codinome Vítor ou Vítório, e vice-comandante de destacamento C. Morreu em combate, em 28 de setembro de 1972, aos 31 anos. Que nunca seja esquecido.

A luta das mulheres contra a ditadura



Para fechar o mês das mulheres, nesta edição especial do **Jornal Bancário** lembraremos como a ditadura militar atingiu centenas de brasileiras que estavam à frente da luta pelo fim do regime autoritário e pela volta da democracia no país. Muitas foram mortas em circunstâncias até hoje não esclarecidas totalmente.

As mulheres tiveram papel decisivo na resistência ao golpe. Atuaram no movimento estudantil, nos sindicatos, nas Igrejas e estiveram nas passeatas. Muitas, com o risco da própria vida, integraram grupos guerrilheiros, participando de ações armadas em confronto com militares. Estão catalogadas mais de 50 bravas mulheres mortas em combate e outras tantas torturadas, assassinadas e enterradas em locais ignorados. Militaram em praticamente todas as organizações de contestação ao regime, como a ALN, PC do B, MR-8, Var-Palmares, VPR, Polop, Colina e PCBR. Centenas foram torturadas, mas sobreviveram para contar a história, como a presidente Dilma Rousseff, que integrou a organização Var-Palmares, e Fernanda Carísio, militante do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), ex-presidente do Sindicato e da Confederação Nacional dos Bancários (CNB), antecessora da Contraf-CUT. Vamos lembrar algumas mulheres assassinadas pela ditadura.

Sônia Maria de Moraes Angel Jones – Da Aliança Libertadora Nacional (ALN), foi casada com Stuart Angel (militante do MR-8, morto sob tortura e procurado incansavelmente pela mãe Zuzu Angel). Foi presa, levada para uma casa na Zona Sul de São Paulo e torturada, sendo morta em 30 de novembro de 1973, com tiros no tórax, cabeça e ouvido.

Ranúzia Alves Rodrigues – Estudante de enfermagem, militante do PCBR, foi executada no Rio de Janeiro

em 27 de outubro de 1973, pelos órgãos de segurança do regime militar, com quatro tiros no rosto e peito.

Maria Augusta Thomaz – Membro do Movimento de Libertação Popular (Molipo), foi morta a tiros numa emboscada em maio de 1973, a 240 km de Goiânia.

Anatália de Souza Melo Alves – Militante do PCBR, foi torturada e morta depois de atear fogo ao seu corpo, no cárcere, em Recife, em 1973. A versão oficial foi suicídio.

Pauline Reichstul e Soledad Barret Viedma – Integrantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foram torturadas e executadas com mais seis companheiros no Massacre da Chácara São Bento, entre 7 e 9 de janeiro de 1973, em Paulista (hoje, Abreu e Lima), na grande Recife. A versão oficial foi de que houve troca de tiros.

Lourdes Maria Wanderley Pontes – Executada com tiros na cabeça e no tórax em 29 de dezembro de 1972, por integrantes dos órgãos de segurança, com mais seis militantes do PCBR, provavelmente na sede do DOI-Codi, na Rua Barão de Mesquita.

Aurora Maria Nascimento Furtado – Ex-funcionária do Banco do Brasil e membro da ALN, foi submetida a pau de arara, sessões de choques

elétricos, espancamentos, afogamentos e queimaduras, na Delegacia de Invernada de Olaria. Aplicaram-lhe também “a coroa de Cristo”, fita de aço que vai sendo apertada gradativamente e aos poucos esmaga o crânio. Morreu em 10 de novembro de 1972. Seu corpo, crivado de balas, foi jogado na Rua Magalhães Couto, no Méier. A versão foi de troca de tiros.

Lígia Maria e Maria Regina – Executadas em 29 de março de 1972 no episódio conhecido como “Chacina de Quintino”, juntamente com outros militantes da Vanguarda Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Ísis Dias de Oliveira – Presa em janeiro de 1972, levada para o DOI-Codi/RJ, a militante da ALN, foi torturada e morta.

Gastone Lúcia Carvalho Beltrão – Localizada e executada em São Paulo, em 1972, pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Presa e torturada. Seu cadáver mostrava 34 lesões, na maioria tiros, mas também facadas, marcas de disparo à queima-roupa, fraturas, ferimentos e equimoses.

Nilda Carvalho Cunha – Bancária, começou a militar no MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Março) com 17 anos. Presa na madrugada de 20 de agosto de 1971 e levada para a Base

Aérea de Salvador. Foi liberada em novembro, mas morreu em consequência das torturas.

Iara Lavelberg – Presa em Salvador, em 20 de agosto de 1971. Militante do MR-8, a mais procurada pelos órgãos da repressão por sua relação com Carlos Lamarca, inimigo número 1 do regime. A versão do regime é de que se suicidou em um pequeno banheiro com um tiro no peito para evitar as torturas. Mas até hoje nada ficou esclarecido.

Heleny Ferreira Telles Guariba – Torturada na Operação Bandeirante (DOI-Codi/SP) pelos capitães Albernaz e Homero. Solta em abril de 1971, em 12 de julho foi presa no Rio de Janeiro por agentes do DOI-Codi/RJ. Levada para a “Casa da Morte” naquele mês, foi torturada durante três dias, inclusive com choques elétricos na vagina e morta.

Marilena Villas Boas Pinto – Estudante de Psicologia da Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro (RJ), e membro do MR-8, foi levada para a “Casa da Morte”. Foi torturada e executada a tiros em novembro de 1971.

Alceri Maria Gomes da Silva – Metalúrgica e militante da VPR. Presa por agentes da Operação Bandeirante (Oban), chefiados pelo capitão Maurício Lopes Lima, foi morta com tiros no peito, nos braços e nas costas.

A longa noite dos generais mantém resquícios até hoje



Almir Aguiar*

Há 50 anos, num fim de tarde do dia 31 de março de 1964, as forças armadas brasileiras, doutrinadas pelo governo norte-americano e apoiadas pelas perversas elites brasileiras, golpearam mortalmente uma nascente democracia que crescia no campo e nas cidades.

As forças do atraso cortaram o caminho do país em direção ao que viria a ser uma república democrática, dotada das reformas de base defendidas pelo então presidente João Goulart. Estas reformas propunham mudanças nas instituições. Defendiam as reformas bancária, agrária e urbana, o voto do analfabeto, o controle da excessiva remessa de lucros ao exterior, mais incentivo à indústria nacional, à produção de alimentos, a prioridade absoluta à saúde e educação públicas e de qualidade, a nacionalização de alguns setores da produção e tantos benefícios que nos permitiriam viver hoje em um Brasil potência do mundo, com alto índice de desenvolvimento humano.

O golpe amedrontou a população.

através da mídia, que propangadeava que as reformas de base promoveriam uma ditadura comunista e que iria perseguir, torturar e matar. No entanto, foi exatamente isto que o dito golpe civil-militar fez. Nunca se matou nem se torturou tanto em todo o país, como durante a longa noite dos generais, garantida pela censura à imprensa, que durou 21 anos.

Ultrapassado o período ditatorial, após a farsa da Nova República povoada por quatro presidentes civis legítimos representantes das elites reacionárias, em 2002 o povo elegeu Lula seu presidente. Com ele as políticas sociais elaboradas pelo Partido dos Trabalhadores, como o Bolsa-Família, o ProUni, a política de cotas raciais, conseguiram tirar da faixa da extrema pobreza 28 milhões de famílias, conduzindo-as à classe média baixa com acesso à alimentação, à escola, à universidade, ao crédito, a mais empregos e a consumir.

As elites que reinavam sozinhas tiveram de dividir o poder com os trabalhadores, daí as campanhas de difamação contra o PT. Para governar e garantir o regime democrático, estamos pagando alto preço por alianças políticas indesejáveis. A luta continua, e será mais rápida ou mais lenta dependendo da eleição de candidatos progressistas nos próximos pleitos.

Hoje, passados 50 anos, as elites reacionárias tentam voltar ao poder. Usam o poder da grande mídia, criam escândalos inexistentes em pleno processo eleitoral. Por isso considero importante estarmos sempre a lembrar do golpe para que ele não se repita sob nenhuma forma. Como sindicalista, sou militante do Sindicalismo

Cidadão, que opina e age em diversos temas de interesse da sociedade. Quero lembrar a necessidade urgente de eliminar os resquícios da violência da ditadura que estão nas forças auxiliares, nas polícias militares, que transformam suas ações de combate ao crime organizado em “missões de guerra” e em torturas a pobres, negros, pardos. Minha proposta é a desmilitarização das PMs, para que elas sejam mais técnicas e eficazes no combate ao crime organizado, com respeito aos trabalhadores. Outro ponto é o combate à corrupção. Este mal, que se generalizou, exige que lutemos pela integridade na vida pública e na crença na democracia, para que não se diga que os políticos são todos iguais. Ditadura nunca mais! Democracia sempre! Lembrar é preciso!

***Presidente do Sindicato dos Bancários do Município Rio de Janeiro.**

Bancos apoiaram o golpe de 64 e a ditadura militar

A participação de civis, especialmente do empresariado, inclusive banqueiros, no golpe militar de 1964 foi tema de seminário no último dia 15 de março, em São Paulo. O evento foi organizado pelo grupo de trabalho *Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical*, em parceria com a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Na ocasião, quatro pesquisadores apresentaram trabalhos que mostram a forma como as empresas se beneficiaram e apoiaram a ditadura militar no país.

“Estamos buscando entender o elemento civil no golpe e na própria ditadura, sobretudo a participação de empresários. Esse documento vai compor o relatório final da comissão, porque é um tema fundamental para entender esse período”, declarou Rosa Cardoso, advogada criminalista e membro da CNV. As apresentações ocorreram no auditório da Assembleia Legislativa de São Paulo.

OPOSIÇÃO ÀS ESQUERDAS

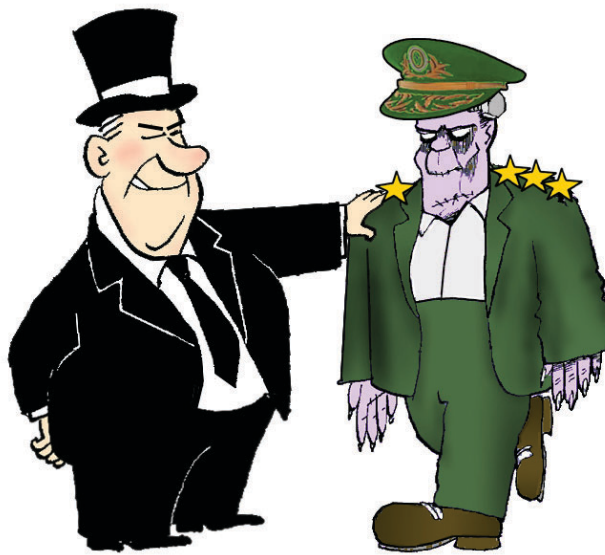
Um dos trabalhos foi apresentado pela jornalista Denise Assis, que analisou o acervo em vídeo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes). Fundado por empresários cariocas e paulistas, o grupo tinha como objetivo criar as bases de uma oposição para impedir o avanço dos ideais socialistas no país. “Foram produzidos 14 filmes que serviram de instrumento de convencimento da sociedade para que aceitasse e ansiasse pelo golpe”, explicou a pesquisadora.

Em seu trabalho de mestrado em História, Jorge José de Melo analisou o financiamento do empresariado paulista à Operação Bandeirantes (Oban), estrutura governamental que antecedeu o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). Ele estuda, sobretudo, a trajetória de Henning Albert Boilesen, presidente, à época, da empresa Ultragaz.

“A estrutura da Oban foi montada por empresários, por iniciativa deles, e encampada pelo Exército. Houve uma participação civil maior [dos empresários] do que a gente imagina na ditadura brasileira”, avaliou.

O professor Pedro Campos, do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), apresentou sua tese sobre a participação das empreiteiras no financiamento do golpe militar. “Trata-se de uma ditadura militar, mas é necessário qualificar esse elemento civil. Não foi toda a sociedade brasileira que aderiu à ditadura e ao golpe”, declarou.

Durante o debate, avaliou-se que é preciso responsabilizar institucionalmente essas



organizações, pois grupos que se fortaleceram naquele momento continuam existindo e detêm grande poder econômico.

O procurador da República Marlon Alberto Weichert, mestre em Direito Constitucional, também contribuiu para o debate com a análise do financiamento dos atos de violação aos direitos humanos por empresários durante a ditadura militar.

O caso da agenda Itaú

O apoio de banqueiros ao golpe de 64 e ao regime militar não é novidade. Há relatos também de um suposto financiamento do aparato repressivo de tortura, morte e desaparecimentos forçados, por parcela expressiva de donos de instituições financeiras, nas décadas de 60 e 70. A agenda 2014 distribuída pelo Itaú a funcionários e clientes reafirmou esta postura da empresa. No dia 31 de março, a agenda registrava o aniversário da “revolução” de 64. Como se sabe não houve “revolução” alguma, mas sim um golpe armado apoiado pelos EUA e por setores reacionários e golpistas que derrubaram o governo democrático e popular de João Goulart. O termo “revolução”, em referência à instauração da ditadura, é palavra consagrada na boca de marechais, generais e torturadores do regime militar. A agenda também reproduziu a data da versão golpista, 31 de março. O golpe foi, na verdade, em 1º de abril, o dia da mentira.

O Itaú “pediu desculpas” e recolheu as agendas. Tarde demais. A declaração pró-ditadura do maior banco privado do país já havia se espalhado nas redes sociais.

CIRCUITO DA LIBERDADE

Sindicato ganha placa para lembrar a resistência

A prefeitura do Rio colocou uma placa (foto) na parede frontal do Edifício Sisal (Avenida Presidente Vargas, 502), onde está a sede do Sindicato, com dizeres que lembram a luta dos bancários contra a ditadura.

A iniciativa é do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), que criou o Circuito da Liberdade no âmbito do Circuito do Patrimônio Cultural Carioca, uma seleção de imóveis de interesse cultural da cidade.

“A placa é um símbolo importante. Sempre lembrará os fatos ocorridos nas instalações do Sindicato, a partir do golpe em 1964, as invasões das dependências, as prisões de dirigentes e militantes, as intervenções e a imposição do terror. São coisas que não devem ser esquecidas para nunca se repetirem”, disse o presidente do Sindicato, Almir Aguiar.

